



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Noticias de interesse da segurança publica em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 21 a 25 de maio de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Situação de aprovados em concurso e não convocados será debatida em audiência](#)

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realiza nesta manhã audiência pública sobre a situação de aprovados no concurso público de 13 de outubro de 2014 (Edital nº 4) do Ministério da Saúde que não foram convocados. O concurso, ainda vigente, visa o provimento de vagas em cargos do plano de carreiras de ciência e tecnologia. Participarão da audiência representantes da comissão de aprovados, da Controladoria-Geral da União, do Ministério Público do Trabalho e dos ministérios do Planejamento e da Saúde.

[CCJ aprova proposta que anistia bombeiros do Rio de Janeiro de crime de improbidade](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o Projeto de Lei 3695/15, que concede anistia aos bombeiros militares do estado do Rio de Janeiro aprovados em concurso público realizado em 1998, quanto aos atos que impliquem faltas ou transgressões de natureza administrativa, civil, penal e perda dos direitos políticos, em decorrência da arguição de vícios no procedimento seletivo. O autor da proposta, deputado Cabo Daciolo (Patri-RJ), explica que a legitimidade do concurso público de 1998 foi objeto de questionamentos judiciais, por conta de supostos vícios de procedimentos. Porém, a questão teria sido decidida só 16 anos depois, condenando os candidatos aprovados por crime de improbidade administrativa.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Seminário debate mudanças no Código de Processo Penal](#)

A Frente Parlamentar em Apoio à Adoção no Brasil do Ciclo de Polícia realiza hoje um seminário para debater as alterações propostas no projeto que altera o Código de Processo Penal (CPP - Decreto-Lei 3.689/41). O evento é uma iniciativa do presidente da frente parlamentar, deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG). O objetivo é analisar a minuta do substitutivo ao PL 8045/10, que atualiza o CPP. O projeto, que reúne mais de 252 propostas sobre o tema e surgiu de uma comissão formada por juristas e senadores, está em análise em uma comissão especial da Câmara.

[Segurança debate porte e posse de armas por atiradores e colecionadores](#)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado analisa nesta tarde as diferentes interpretações legais sobre posse e porte de arma que têm ocasionado a prisão de caçadores, atiradores e colecionadores, conhecidos como CACs. O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que pediu o debate, explica que há divergências sobre a aplicabilidade de leis e regulamentos em relação a esses esportistas. Segundo ele, o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) e o Decreto 5.123/04 permitem aos CACs a posse e o porte de armas de fogo para uso esportivo.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Proposta de comissão de juristas reforça o combate ao crime organizado e às milícias

Deputados e senadores analisarão proposta elaborada por uma comissão de juristas que promove uma série de mudanças na legislação penal, com o objetivo de reforçar o combate ao crime organizado, às milícias privadas e ao tráfico de drogas. O texto foi entregue no dia 8 de maio pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Rodrigo Maia e Eunício Oliveira. O relatório da comissão mista que transformará as sugestões em projetos de lei poderá ser votado na Câmara ainda neste semestre, segundo Maia.

Relator de proposta sobre unificação das polícias faz visitas a academias de formação

O relator da comissão especial da Câmara que trata da unificação das polícias civis e militares, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), fará visitas técnicas a academias de polícia. Nesta segunda-feira (28), às 10 horas, ele visita a Academia de Polícia Civil de Florianópolis; e às 15 horas a Academia de Polícia Militar da cidade. Na terça-feira (29), as visitas serão em São Paulo. Às 10 horas à Academia de Polícia Civil; e às 15 horas à Academia de Polícia Militar.

1.3 POLÍTICA

Rodrigo Maia anuncia acordo com governo para reduzir preço de combustíveis

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, anunciou nesta terça-feira (22) um acordo com o governo federal para reduzir os preços do diesel e da gasolina. Por meio das redes sociais, Maia disse que acertou com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, e com o líder do governo no Congresso, deputado Andre Moura (PSC-SE), para que os recursos arrecadados com a reoneração da folha de pagamentos sejam inteiramente direcionados para compensar a redução dos preços dos combustíveis no País.

Plenário analisa pedido de retirada de pauta de MP que altera juros de fundos constitucionais

Após o alcance do quórum, o Plenário da Câmara dos Deputados vota requerimentos que pretendem adiar a votação da Medida Provisória 812/17, que muda a forma de cálculo das taxas de juros dos empréstimos não rurais concedidos com recursos dos fundos constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). A ideia do governo é aproximar as taxas desses fundos da Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituirá totalmente a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) dentro de alguns anos.

Maia defende redução de impostos para o diesel

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse nesta quarta-feira (23) que o foco das negociações entre o Congresso e o governo federal neste momento é a redução do preço do óleo diesel nos postos de combustível. Em entrevista após participar da 21ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios - evento que reúne prefeitos de todo o País -, Maia comentou que os recursos extras que deverão entrar nos cofres do governo federal com o fim da desoneração das folhas de pagamento das empresas podem ser usados para compensar a redução de impostos federais que incidem sobre o diesel, como a Cide-Combustível, o PIS e a Cofins.

Com a retirada da MP da Eletrobras da pauta, Maia espera avançar nas votações em Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados poderá avançar nesta quarta-feira (23) na análise de sete medidas provisórias e concluir os destaques apresentados à proposta que torna o cadastro positivo obrigatório (Projeto de Lei Complementar 441/17). A expectativa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, é que a decisão de não votar a Medida Provisória 814/17 contribua para



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

reduzir o processo de obstrução das votações. A retirada de pauta da MP foi acordada ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira. A MP 814/17 altera diversas regras do setor elétrico.

[Plenário inicia Ordem do Dia para votar medidas provisórias](#)

Iniciou-se a Ordem do Dia do Plenário, cuja pauta está trancada por sete medidas provisórias. Mesmo sem o alcance do quórum para votações, os deputados discutem as medidas provisórias, conforme interpretação permitida pelo Regimento Interno. Entre as MPs pautadas está a 813/17, que diminui de 70 para 60 anos a idade a partir da qual o trabalhador poderá sacar recursos de conta individual em seu nome junto ao PIS ou ao Pasep.

[Confira todos os pareceres aprovados na semana pelas comissões da Câmara](#)

No período de 22 a 24 de maio, foram aprovados 60 pareceres nos diferentes colegiados da Câmara dos Deputados, segundo levantamento do Departamento de Comissões. Entre os destaques da semana estão o Projeto de Lei 6088/16, que autoriza o fundo de pensão dos servidores públicos do governo federal a administrar planos previdenciários dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e PL 3886/15, que autoriza jornada acima de 24 horas semanais para profissionais que trabalhem diretamente com raio-x.

1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS

[CCJ aprova pena maior para criminoso que drogar vítima](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou, nesta terça-feira (22), o Projeto de Lei 5742/16, do deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), que inclui entre os agravantes de pena o fornecimento de álcool ou outras substâncias à vítima para facilitar o cometimento do crime. A proposta acrescenta dispositivo ao Código Penal (Decreto-lei 2.848/40). O texto aprovado na CCJ foi o substitutivo do deputado Antônio Bulhões (PRB-SP), que fez ajustes de redação. Segundo o autor do projeto, “criminosos usam diversos tipos de drogas para dopar a vítima e diminuir a capacidade de resistência. Um exemplo desse artifício é o golpe ‘boa noite, Cinderela’”. O relator considerou a proposta “indispensável para a correta dosimetria da pena.”

[Câmara aprova projeto que proíbe decisão monocrática de ministro do STF em ações de inconstitucionalidade](#)

Proposta ainda será analisada pelo Senado

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (22), proposta que busca evitar que apenas um dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) possa decidir nos casos de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

[CCJ cancela reunião para votação de parecer sobre tramitação de PECs durante intervenção](#)

A reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta quarta-feira (23) para análise de parecer a respeito da tramitação de propostas de Emenda à Constituição (PECs) foi cancelada por falta de acordo. Ainda não foi marcada nova data para a votação. Membros da CCJ querem se reunir com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, antes de definir se PECs podem ou não ser analisadas durante a vigência da intervenção federal no Rio de Janeiro.

[Segurança Pública rejeita audiência de custódia para adolescente infrator](#)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado rejeitou o Projeto de Lei 7908/17, que torna obrigatória a realização de audiência de custódia, em até 24 horas, com o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional. Segundo o autor, deputado Francisco



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Floriano (DEM-RJ), a ideia da proposta é preservar os direitos de contraditório e ampla defesa que podem ser violados durante os interrogatórios informais de adolescentes.

1.7 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (26)

8 horas - Cancelada

Comissões de Desenvolvimento Urbano; e de Direitos e Humanos e Minorias

Mesa-redonda para debater com autoridades e entidades sociais sobre a situação das ocupações urbanas.

São Paulo (SP)

10 horas

Comissão Especial de Unificação das Polícias Cíveis e Militares

Visita técnica.

Florianópolis (SC)

10 horas

Sessão Solene

Homenagem ao Dia do Técnico e Auxiliar de Enfermagem.

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Seminário para debater danos ambientais e sociais e o lixão de Marituba (PA).

Marituba (PA)

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

14h30

Comissão Externa do Fundeb; e Comissão de Educação

Audiência pública para discussão sobre o procedimento de apuração, liberação e aplicação dos recursos referentes às parcelas calculadas de forma equivocada em relação aos valores do Fundef e do Fundeb, que deveriam ter sido destinados aos municípios brasileiros, nos termos da legislação.

Foram convidados o procurador da República no Estado do Maranhão, Juraci Guimarães Junior; o secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União, Ismar Barbosa Cruz; e a coordenadora-geral de Operacionalização do Fundeb no FNDE, Annelise Ragone De Mattos

Plenário 15

16 horas

Votações em Plenário

Sessão extraordinária cuja pauta inclui medidas provisórias e o projeto sobre o cadastro positivo obrigatório (Projeto de Lei Complementar 441/17).

Plenário Ulysses Guimarães

16h30

Comissão Externa do Fundeb



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Reunião interna de trabalho.
Sala 176-A, anexo 2

TERÇA-FEIRA (29)

8h30

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Audiência pública para debater o programa Minha Casa, Minha Vida.
Foi convidado o secretário de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do Tribunal de Contas da União, Bruno Martinello Lima.
Evento interativo pelo e-Democracia
Plenário 16

9 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Seminário para discutir a constitucionalidade da execução provisória de sentença condenatória prolatada por órgão colegiado.
Plenário 1

9 horas

Comissão de Educação

Audiência pública para discutir as mudanças dos critérios de proficiência em língua estrangeira do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).
Foram convidados, entre outros, os presidentes da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Tamara Naiz; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Abílio Afonso Baeta Neves; e o diretor financeiro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Mário Luiz Neves de Azevedo.
Evento interativo pelo e-Democracia
Plenário 10

9 horas

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Seminário sobre os impactos da aplicação da nova legislação trabalhista no Brasil.
Evento interativo pelo e-Democracia
Auditório Nereu Ramos

9h05

Plenário

Comissão geral sobre o preço dos combustíveis no Brasil.
Plenário Ulysses Guimarães

9h30

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 5

10 horas

Comissões de Educação

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 10

10 horas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 16

10 horas

Comissão de Viação e Transportes



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 11

10 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

10 horas

Comissão Externa do Fundeb; e Comissão de Educação

Audiência pública para discutir os procedimentos de apuração, liberação e aplicação dos recursos referentes às parcelas calculadas de forma equivocada de valores do Fundef e do Fundeb que deveriam ter sido destinados aos municípios brasileiros, nos termos da legislação.

Foram convidados, entre outros, o secretário de Educação de Pernambuco, Frederico da Costa Amancio; e o procurador de Contas Rafael Rodrigues de Alcântara, representante do Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas.

Plenário 9

10 horas

Comissão de Minas e Energia

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 14

10 horas

Comissão Especial de Unificação das Polícias Cíveis e Militares

Visita técnica às academias de polícias Civil e Militar.

São Paulo (SP)

10 horas - Cancelada

Comissão Especial que Regula Defensivos Fitossanitários (PL 6299/02)

Discussão e votação do parecer do relator, deputado Luiz Nishimori (PR-PR).

Plenário 12

10 horas - Cancelada

Comissão Especial sobre o Teto Remuneratório (PL 6726/16)

Discussão e votação do parecer do relator, deputado Rubens Bueno (PPS-PR).

Plenário 4

10 horas

Comissão Especial do Foro Privilegiado (PEC 333/17)

Audiência pública.

Foram convidados, entre outros, o professor e pesquisador da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (RJ), Ivair Alberto Martins Hartman; a diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, Maria Tereza Aina Sadek; e o advogado e professor associado de Direito Processual Penal da Universidade de São Paulo (USP) Gustavo Henrique Badaró.

Plenário 13

10 horas

Comissão Especial do Financiamento da Assistência Social (PEC 383/17)

Definição do roteiro dos trabalhos; e votação de requerimentos.

Plenário 3

10h30

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Subcomissão Especial do Estatuto do Idoso

Reunião para discutir os projetos de lei em tramitação nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados que alteram o Estatuto do Idoso na área de Habitação e Moradia.

Sala 176-A, anexo 2



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

10h30

Comissão Especial sobre Portabilidade da Conta de Luz (PL 1917/15)

Audiência pública.

Foram convidados, entre outros, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Donizete Rufino; e os presidentes da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Flávio Antônio Neiva; e da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), Guilherme Jorge Velho.

Plenário 8

10h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Audiência pública para debater o diagnóstico e o tratamento dos cânceres raros.

Foram convidados, entre outros, a coordenadora do Instituto Vencer o Câncer, Rita de Cássia Domingues Nascimento; e representantes do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 7

10h45

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Tribuna das Mulheres, um espaço aberto para discutir temas que dialoguem com a defesa dos direitos das mulheres.

Foi convidada a doula, educadora popular e produtora cultural Hellen Cristhyan.

Plenário 15

11 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Votação de requerimento.

Plenário 15

11 horas

Comissão Especial da Nova Lei de Licitações (PL 1292/95)

Reunião restrita aos membros da Comissão para debater o substitutivo do relator ao PL 1292/95. Sala 175-B do anexo 2

12 horas

Comissão de Seguridade Social e Família

Votação de projetos.

Plenário 7

13 horas

Votações em Plenário

Sessão extraordinária para análise de propostas remanescentes do dia anterior e de outros nove projetos de lei.

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Votação de requerimentos.

Plenário a definir

14 horas

Comissão Especial Cultura da Paz

Votação de requerimentos.

Plenário a definir

14 horas

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Audiência pública sobre a atual situação da dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

(Beron) em processo de renegociação pela União.

Foram convidados, entre outros, o governador de Rondônia, Daniel Pereira; e o representante do secretário do Tesouro Nacional Denis do Prado Neto.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 11

14 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Audiência pública para debater o projeto de transposição do rio Itapanhaú, no estado de São Paulo.

Foram convidados, entre outros, o gestor ambiental, Carlos Eduardo de Castro; e o historiador e gestor ambiental, Icaro Carvalho Franco de Camargo.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 8

14 horas

Comissão do Esporte

Votação de projetos.

Plenário 4

14h30

Comissão Especial que Torna Permanente o Fundeb (PEC 15/15)

Audiência pública para discussão da proposta de substitutivo à PEC 15/15 (análise do texto e sugestões para o seu aprimoramento).

Foram convidados, o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Aléssio Costa Lima; e os representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Frederico da Costa Amancio; e da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Mariza Abreu.

Plenário 9

14h30

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Apresentação, discussão e votação dos pareceres preliminares referentes aos processos 20/18, contra o deputado João Rodrigues (PSD-SC); e 24/18, contra o deputado Alberto Fraga (DEM-DF).

Plenário a definir

14h30

Comissão de Finanças e Tributação

Audiência pública para discutir o PLP 459/17, que trata da cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação; do protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição; e da autorização para a administração tributária requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados.

Foram convidados, entre outros, o economista pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Tafner; e o presidente da Companhia Paranaense de Securitização (PRSec), Rogério Perna.

Plenário 5

14h30

Comissão de Defesa do Consumidor

Audiência pública para debater os reajustes dos combustíveis.

Foram convidados o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco; o presidente da Petrobras, Pedro Parente; e o presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda Soares.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário a definir



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

14h30

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Audiência pública sobre o panorama atual das telecomunicações no Brasil e a visão de futuro da regulação setorial.

Foi convidado o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Juarez Quadros do Nascimento.

Plenário 13

14h30

Comissão Mista sobre a MP 821/18

Medida provisória que criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Apreciação de relatório do senador Dario Berger (PMDB-SC).

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

14h30

Comissão Mista sobre a MP 822/18

Medida provisória que dispensa órgãos públicos de retenção de tributos na compra de passagens aéreas.

Apreciação de relatório do deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG).

Plenário 9 da ala Alexandre Costa, no Senado

14h30

Comissão Mista sobre a MP 824/18

Medida provisória que altera a Política Nacional de Irrigação para impedir que o agricultor perca a propriedade da área individual destinada a ele em projetos públicos de irrigação no caso de desrespeito às obrigações previstas em lei.

Apreciação de relatório do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE).

Plenário 3 da ala Alexandre Costa, no Senado

15 horas

Comissão Especial sobre o Código Comercial (PL 1572/11)

Continuação da discussão e votação do parecer do relator-geral, deputado Paes Landim (PTB-PI).

Plenário 8

15 horas

Comissão do Esporte

Audiência pública para debater sobre os escândalos vinculados à ginástica artística brasileira.

Foram convidados, entre outros, o advogado do coordenador técnico da Seleção Brasileira de Ginástica Artística Marcos Goto, Marcel Ferraz Camilo; e o diretor da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Miguel de Arruda.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 4

QUARTA-FEIRA (30)

9 horas

Votações em Plenário

Sessão extraordinária para análise de acordos internacionais.

Plenário Ulysses Guimarães

9 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos.

Plenário 1

9 horas

Comissão de Seguridade Social e Família; Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado

Seminário para discutir a ADPF-442, que tramita no STF, sobre descriminalização do aborto.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Evento interativo pelo e-Democracia
Auditório Nereu Ramos

9h05

Sessão Solene

Homenagem ao Dia Mundial sem Tabaco.
Plenário Ulysses Guimarães

9h30

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Audiência pública para prestar esclarecimentos sobre o aumento do preço dos combustíveis, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.
Foi convidado o presidente da Petrobras, Pedro Parente.
Plenário 9

9h30

Comissão de Defesa do Consumidor

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 8

10 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 6

10 horas

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 13

10 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Audiência pública para apresentação das prioridades da defesa nacional para o ano em curso e as perspectivas de atuação do Ministério da Defesa para os anos seguintes; e esclarecimento quanto à situação das tratativas comerciais de acordo entre a Embraer e a empresa norte-americana Boeing e os possíveis impactos à soberania nacional.
Foi convidado o ministro da Defesa; Joaquim Silva e Luna.
Plenário 3

10 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Votação de projetos.
Plenário 2

11 horas

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Votação de projetos.
Plenário 9

14 horas

Plenário

Sessão de debates.
Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública para debater a Política Nacional de Saúde Mental.
Foram convidados, entre outros, o presidente da Associação Nacional de Saúde Mental (Abrasme), Walter Ferreira Oliveira; o vice-presidente da Associação Nacional de Saúde Coletiva



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

(Abrasco), Paulo Amarante; e o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Rogério Giannini.
Plenário 9

SEXTA-FEIRA (1º)

9 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/557802-AGENDA-DA-SEMANA.html>



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

CCJ pode votar regulamentação da prisão de condenado em segunda instância

A polêmica sobre a execução da prisão de um condenado em segunda instância pela Justiça brasileira pode chegar ao fim com a aprovação do PLS 147/2018, que está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta quarta-feira (23). A Constituição Federal estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. As penas eram executadas no Brasil de acordo com a decisão dos juízes, mas, em 2016, o Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência permitindo a prisão após a condenação em segunda instância. Apesar disso, o entendimento vem sendo questionado, e há uma pressão sobre o STF para rediscutir o assunto.

Collor lamenta estado da segurança pública nacional e sugere medidas

Em discurso no Plenário nesta terça-feira (22), o senador Fernando Collor (PTC-AL) afirmou que a segurança pública chegou a "um estado terminal". Na visão do senador, o Brasil ainda tem se mostrado lento em implementar políticas públicas para a segurança, com falta de visão sistêmica e pouco critério na gestão de recursos. Collor disse que o país registra excesso de deveres e poucos direitos, muitas polícias e poucos policiais, muitos meios e escassez de resultados.

CCJ aprova novas regras para uniformizar boletins de ocorrência

O Brasil pode ter regras e critérios para uniformizar o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública. A medida está em projeto de lei (PLS 227/2012) do senador Armando Monteiro (PTB-PE), aprovado em decisão terminativa nesta quarta-feira (23), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta segue direto para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Senado está de plantão para ajudar a resolver a crise, diz Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse nesta sexta-feira (25) que o Senado está de plantão para resolver o problema da greve dos caminhoneiros e poderá, inclusive, convocar uma sessão extraordinária a qualquer momento para votar algum projeto que solucione o impasse.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Eunício observou que não cabe ao Congresso, mas ao Executivo, interferir na política de preços da Petrobras.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

[Relator suspende lei do RJ que limitava em 180 dias prazo para prisão preventiva](#)

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar, a ser submetida a referendo do Plenário, para suspender a eficácia da Lei 7.917/2018, do Estado do Rio de Janeiro, que, ao dispor sobre a permanência de preso provisório em qualquer das unidades do sistema penitenciário estadual, limitou em 180 dias o prazo de vigência de prisões provisórias. A decisão foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5949, ajuizada na Corte pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

[Temer pede medidas para desobstrução de rodovias federais e estaduais ocupadas](#)

O presidente da República, Michel Temer, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) ação para viabilizar a desobstrução das rodovias nacionais em decorrência da paralisação dos caminhoneiros. O pedido foi feito na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 519, na qual requer medida cautelar para a uniformização do posicionamento do Judiciário sobre o tema e a determinação de medidas que viabilizem a liberação do tráfego. A ação foi distribuída ao ministro Alexandre de Moraes.



6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

[SEMINÁRIO DEBATE PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP](#)

Nesta quarta-feira (23), no Auditório da Câmara dos Deputados, Nereu Ramos, em Brasília, ocorreu Seminário para debater o Código de Processo Penal como instrumento de eficiência da Justiça: Uma análise da Minuta do Substitutivo do PL 8045/2010.

O evento foi promovido pela Frente Parlamentar pela Adoção do Ciclo Completo da Câmara dos Deputados, a qual é presidida pelo Deputado Subtenente Gonzaga – MG e teve como objetivo debater com especialistas, profissionais de segurança pública, sociedade civil e segmentos organizados, as necessidades de aperfeiçoamento na arquitetura institucional da segurança.

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 28 de maio de 2018.

OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUCOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.